

# Votação do relatório do orçamento é adiada

Agora, há tempo para negociações em torno dos cortes nas Forças Armadas

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — Um acordo informal entre os partidos adiou para o dia 20 a votação do relatório preliminar sobre a proposta do orçamento geral da União 1990, marcada para ontem. O adiamento vai dar mais tempo para as negociações em torno dos cortes propostos pelo relator-geral do OGU-90, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que atingem principalmente os investimentos das Forças Armadas.

Um parlamentar da comissão revelou que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, trabalhou pelo adiamento, em contato por telefone com o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), na segunda-feira. Carvalho negou qualquer contato com militares.

Se a comissão tivesse aprovado o relatório ontem, os cortes propostos teriam se tornado irreversíveis. Seriam no total US\$ 409 milhões, redistribuídos em sua maior parte aos ministérios

dos Transportes, Agricultura, Minas e Energia e Interior. Desse total, US\$ 318,5 milhões seriam cortados dos investimentos militares — o equivalente a 17,5% do investimento do setor, na proposta do Executivo. Os relatores-setoriais indicados pela comissão, que apresentarão pareceres sobre cada uma das subdivisões do orçamento, teriam de obedecer aos novos limites de recursos para cada setor, depois de feitos os cortes e redistribuições.

O acordo transformou o relatório preliminar de Tinoco em simples "indicativo", retirando dele o caráter obrigatório e abrindo espaço para a recomposição dos investimentos militares. O relator setorial de orçamento do Ministério do Exército, deputado Paes Landim (PFL-PI), já disse ontem que pretende recompor os valores originais da proposta do Executivo, cortada em 10,7% por Tinoco (de uma proposta de US\$ 851,9 milhões, o relator cortou US\$ 91 milhões).

A assessoria técnica da Comissão Mista está estudando algumas fórmulas para essa recomposição. O caminho seria encontrar novas fontes de recursos para o atendimento dos órgãos aos quais o relator destinou os recursos cortados, liberando as-

sim a recomposição dos cortes. O próprio Tinoco admite essa hipótese. "Se pudermos cobrir os gastos que eu considere prioritários, não terei a menor dificuldade em repor os investimentos militares, que eu também considero muito importantes, embora menos prioritários, no momento, que aqueles."

Outra saída em estudo seria a criação de uma "lista de espera" para os projetos que serão beneficiados pelas revisões orçamentárias em 90, através de um anexo ao OGU. Essas revisões costumam incluir recursos arrecadados em excesso, que são destinados a novos gastos. Os programas cortados agora teriam prioridade para receber esses recursos.

Duas propostas de abertura de novas fontes foram apresentadas ontem, mas não entusiasmaram o relator, que vê dificuldades constitucionais nelas. A primeira, do PT, corta todos os recursos condicionais — aqueles que dependem da aprovação do pacote fiscal em tramitação no Congresso — que a proposta aloca para o serviço das dívidas do governo. A segunda, do deputado Chico Humberto (PDT-MG), considera superestimados os juros da dívida previstos no projeto.